

**Título: Atuais problemáticas do ensino jurídico brasileiro: em busca de uma formação crítica**

**Autor(es)** ANA KARMEN FONTENELE DE CARVALHO

**E-mail para contato:** ana\_karmen@yahoo.com.br

**IES:** ESTÁCIO FIC

**Palavra(s) Chave(s):** Crise no ensino jurídico, limitação, formação crítica e humanista, acesso ao poder jurisdicional

#### **RESUMO**

A expansão de vagas nos cursos jurídicos alcança elevados números nas instituições brasileiras de ensino superior, sem, porém, corresponder a uma almejada boa formação dos profissionais na área. Os altos índices de reprovação nos exames promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para aptidão ao exercício da advocacia, impõe a necessidade de desenvolver um processo de questionamento contínuo sobre tal realidade. As políticas governamentais de ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente através de financiamentos públicos aos estudantes, a despeito de permitirem que significativa parcela da sociedade, carente de condições financeiras suficientes para arcar com os custos com a graduação em instituições privadas, tenha a possibilidade de elevar seu grau de escolaridade, mostram-se ainda incapazes de avaliar a qualidade do ensino jurídico, assim como identificar se o currículo adotado para a aprendizagem promove uma formação crítica e humanista do futuro operador do Direito. Hodiernamente, além do problema da baixa qualidade acadêmica dos cursos jurídicos, desponta a preocupação com a metodologia empregada em sala de aula. Num cenário de intensas desigualdades sociais, com a acirrada disputada por vagas no mercado de trabalho, boa parte dos estudantes de Direito vislumbram a graduação como curso voltado para aprovação em concursos públicos. Como reflexo, percebe-se que a maioria dos alunos não tem preocupação com atividades voltadas ao ensino e, particularmente, à pesquisa. Há forte resistência dos alunos para adoção de literaturas mais aprofundadas, que imponham uma leitura mais densa e prolixa, e se exige, com frequência, que temas devam merecer maior atenção, haja vista a cobrança em bancas examinadoras de certames públicos. Acompanhando a problemática, através de uma abordagem descritiva, amparada em estudos bibliográficos, em pesquisas e informações veiculadas em endereços eletrônicos, assim como reunindo dados de experiência prática na docência, verifica-se que há uma preocupante carência na formação dos estudantes de Direito. Por priorizarem estudos objetivos, direcionados ao cronograma exigido por editais de concursos, os discentes afastam-se de ferramentas de ensino que se dirigem à análise acerca da essência e da evolução histórica dos institutos jurídicos, de sua importância teórica e prática, o que os impossibilita de aferir um posicionamento crítico sobre a problemática que envolve as relações jurídicas nas sociedades contemporâneas. A pesquisa jurídica carece de mais pesquisadores e estudiosos sobre temas polêmicos, mas não encontra um significativo grupo assíduo na graduação, tampouco crescente renovação. Nesse sentido, cabe aos planos de ensino priorizar métodos que conduzam a leituras mais extensas, a pesquisas jurisprudenciais, afastando-se de uma abordagem meramente teórica e focada na exegese da norma, distanciando-se de uma almejada formação crítica e humanista dos estudantes de direito. Formar profissionais apenas para disputar vagas no setor público, não irá permitir-lhes uma educação plena, que permita não somente alcançar a cobiçada função pública, mas um significativo espaço no mercado de trabalho. Sem uma eficiente preparação dos profissionais da seara jurídica, diminui-se o grau de efetividade do acesso à justiça, quando esta se perfaz com a via jurisdicional. A sociedade reclama por soluções para os problemas que a aflige e busca amparo no Poder Judiciário quando não encontra outra solução. Profissionais jurídicos com formação imediatista e fragmentada não conseguem exercer um papel significativo na prática nem atendem aos interesses dos litigantes.